

Crise moral e crise econômica — II

João Paulo de
Almeida Magalhães*

No artigo anterior mostramos que as ações necessárias para controlar a inflação e inviabilizar a retomada do desenvolvimento são perfeitamente conhecidas e (salvo variações secundárias) unanimamente aceitas pela opinião técnica do país. Sua falta de implementação resulta, essencialmente, de que o país se acha a braços com o que chamamos de uma crise moral, caracterizada pela absoluta primazia concedida aos interesses individuais e corporativos em detrimento da coisa pública. Assinalamos, finalmente, que é possível identificar os sintomas de uma eventual mudança nesse estado de coisas. É desse aspecto favorável que trataremos no presente artigo.

Os ventos da mudança se exprimem, em primeiro lugar, na responsabilidade assumida pela imprensa de denunciar de forma ampla, persistente e, algumas vezes violenta, as irregularidades administrativas que proliferam no país, sob a forma de desvio do dinheiro público, mordomias, incompetência e favorecimentos de toda ordem. A Igreja, através da CNBB, passou recentemente a denunciar a corrupção, além dos abusos contra os direitos humanos. A Força Sindical reconhece que seu papel consiste não apenas na defesa do interesse dos seus associados, mas também na contribuição para solucionar os grandes problemas sociais. Na Fiesp, a eleição para nova diretoria deixa de ser simples alternância de nomes do grupo dominante para envolver aspectos relativos à problemática nacional. Ministros de Estado são trazidos à ex-

cração pública e, em sentido contrário, um deles não trepida em denunciar a ação indevida das empresas na administração pública.

Existe, portanto, algo novo na cena nacional. Sucede apenas que a revolta contra o atual descalabro toma a forma de simples denúncias do que está errado ou, quando muito, da proposição de novos planos e programas que vêm se adicionar à infinidade dos já existentes.

Nossa tese é que essas forças de renovação, presentemente orientadas no sentido puramente negativo, podem, em princípio, ser transformadas em um instrumento positivo em favor das urgentes reformas estruturais que reclama o país. A simples denúncia do que está errado representa certa forma de comodismo, ou seja, de evitar a proposição de medidas que enfrentarão a dura resistência dos interesses contrariados. E isso é grave porque a menos que sejam criadas as precondições para arrancar o país de sua crise moral, nada impedirá que continuemos a caminhar, a largos passos, para o caos. Em sentido oposto, no caso de uma mudança, e diante das condições extremamente favoráveis ao desenvolvimento econômico e social existentes no país, qualquer plano ou programa de recuperação será bem-sucedido.

Apontamos abaixo algumas das reformas necessárias, ou dos pontos a serem considerados, para que a coisa pública volte a predominar sobre os interesses particulares. Demos preferência àqueles aspectos suscetíveis de se defrontarem com as maiores resistências.

Como providência de caráter geral é indispensável devolver ao Estado brasileiro sua capacidade de ação. E

público e notório que nossa administração pública, no passado uma das mais eficientes do Terceiro Mundo, se acha hoje praticamente desmantelada. A recuperação tem como um dos seus aspectos fundamentais a criação de um funcionalismo eficiente e bem-remunerado. Se este objetivo for atingido, a discussão de tópicos como da isonomia, ingresso na carreira por concurso e mesmo a nomeação de parentes, deixa de ter importância. A discussão desses pontos, estritamente secundários, apenas surgiu em função da desmoralização geral do setor.

Nesse contexto é fundamental, por mais de um motivo, definir a posição do segmento militar. Pode-se, sem dúvida, chegar à conclusão de que, após a queda do muro de Berlim, os exércitos se tornaram desnecessários. Se, contudo, como é mais provável, se reconhecer que as forças armadas permanecem indispensáveis, cumpre criar as condições para que sejam eficientes (e, portanto, bem-remuneradas) e equipadas de acordo com sua missão.

Na recuperação do Estado, tornase, outrossim, imprescindível rever-se a posição de Brasília como capital do país. Dificilmente se pode ignorar o fato de que o Legislativo funciona mal naquela cidade e que boa parte da ineficiência do Executivo decorre da impossibilidade de mobilizar, naquele local, os quadros técnicos necessários.

O papel dos grandes agentes econômicos deve ser definido. Os sindicatos do setor moderno (que reúnem menos de 20% da mão-de-obra do país) não podem ser considerados como representantes do trabalhador brasileiro. Estudos disponíveis de-

monstram que vêm obtendo elevações salariais acima dos aumentos de produtividade, cujo ônus é repassado ao restante da população brasileira, sob a forma de aumento de preços.

As empresas do setor moderno vêm frequentemente utilizando sua posição monopolística para elevar preços ao seu bel-prazer, aproveitando-se, inclusive, da tolerância do consumidor gerada pela inflação crônica. Esse comportamento deve ser corrigido pelo uso da legislação antitruste. O Cade, órgão encarregado de aplicá-la, deve ser substancialmente reforçado.

As empresas estatais não podem continuar a ser tratadas pelos seus funcionários como se lhes pertencessem. Salários e vantagens excessivos (como desproporcionais contribuições para fundos de pensão) devem ser coibidos. Em sentido oposto, deve-se rever o processo indiscriminado de privatização cujo artificialismo é comprovado pelo uso generalizado da moeda podre.

Pelas características específicas de suas funções os membros, do Congresso, devem ter remunerações substancialmente superiores às dos demais funcionários públicos. O que não se pode aceitar são campanhas eleitorais milionárias cujo inevitável corolário é o seu financiamento sob a forma de comissões sobre gastos públicos e contribuições de diversos tipos recebidos de empresas e de grupos econômicos. Institucionalize-se, em última análise, a corrupção. A classe política deve, outrossim, reconhecer que sua função é incompatível com o enriquecimento. No seu caso este é, por definição, desonesto porque conseguido através de favores

proporcionados a grupos econômicos.

É, finalmente, indispensável definir as obrigações do governo para com o povo, instalado no setor tradicional da economia e representado por 80% dos trabalhadores brasileiros. Em países de desenvolvimento retardado, como o Brasil, não é possível oferecer-lhe, desde logo, os padrões de vida desejáveis. Cumpre, todavia, proporcionar-lhe uma assistência tão grande quanto possível e, sobretudo, honesta. Os Cieps e Ciacs não obedecem, certamente, a esta última característica, porque jamais poderão ser oferecidos a mais do que uma parcela mínima da população. Deve-se, também, reconhecer que a rede hospitalar, num país subdesenvolvido, é inevitavelmente insuficiente para o pleno atendimento a toda as necessidades. Cumpre tomar providências possíveis para aumentar sua eficiência, abandonando a solução do avestruz, de culpar sistematicamente os médicos pelas deficiências do atendimento.

Se realmente se acha em curso no país uma grande revolução moral capaz de (através do ataque a distorções como as acima referidas) repor a coisa pública na sua situação de preeminência talvez estejamos no limiar de uma recuperação nacional.

A nosso ver o importante, contudo, é reconhecer que nas suas raízes profundas a crise do país não é, apesar das aparências, de caráter econômico, sendo, portanto, inútil a multiplicação de planos e programas. O que o país precisa é de uma grande e urgente revolução moral.

*Professor titular de Economia da UFRJ. Último de uma série de dois artigos, primeiro foi publicado na edição de ontem.